

PACTO FEDERATIVO

Governadores pedem que recursos sejam redistribuídos

MARIANA HAUBERT

Estadão Conteúdo, Brasília

Governadores e vice-governadores de 25 estados se reuniram ontem pela manhã com o presidente Jair Bolsonaro e com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em Brasília, para cobrar o compromisso do Executivo federal e do Congresso com as pautas estaduais. Eles pedem uma revisão do pacto federativo para garantir que haja descentralização dos recursos em relação à União.

Os governadores apresentaram uma carta em que reivindicam seis pontos: a apresentação do chamado Plano Mansueto, para restabelecer o equilíbrio fiscal dos estados, aprovação da lei Kandir, a manutenção do Fundeb, regularização da securitização da dívida dos estados, a distribuição da cessão onerosa

do pré-sal, e o avanço da proposta de emenda à Constituição que trata da redistribuição do fundo de participação dos estados.

De acordo com Alcolumbre, os governadores disseram a Bolsonaro que têm desejo de apoiar a reforma da Previdência, mas pediram que os estados sejam contemplados com um maior repasse de recursos para conseguirem estancar a grave crise fiscal que a maioria deles enfrenta. "A reforma da Previdência é fundamental para que a União possa redistribuir recursos porque antes disso ela precisa melhorar a sua arrecadação", afirmou. "Queremos também inverter a pirâmide para que os estados e municípios arrecadem mais que a União", disse.

Para o senador, a presença do presidente no café da manhã demonstrou seu empenho em ajudar na recuperação dos entes federativos.

De acordo com ele, Bolsonaro aproveitou a presença maciça de governadores para pedir apoio para a reforma da Previdência.

O líder do PSL no Senado, major Olímpio (SP), afirmou que os governadores, até mesmo os de oposição, enfatizaram a necessidade da reforma da Previdência porque precisam de um melhor ambiente econômico para recuperar suas contas.

De acordo com ele, Bolsonaro também afirmou estar disposto a desburocratizar o que for considerado necessário pelos governadores via decreto presidencial.

Na terça, o presidente disse a mesma coisa a parlamentares em cerimônia no Palácio do Planalto, quando assinou o decreto que facilitou o porte de armas para colecionadores, caçadores e atiradores esportivos, caminhoneiros, políticos e outras categorias.

09/05/2019 - 05:00

Encontro por Plano Mansueto termina sem acordo fechado

Por **Ana Krüger e Vandson Lima**

Sem qualquer acordo selado e sem a esperada apresentação do chamado "Plano Mansueto", de auxílio aos Estados, governadores saíram frustrados de café da manhã, ontem, com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e líderes partidários.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, passou brevemente pelo local. Suas poucas palavras não deram conta de acalmar os governadores. "Temos que facilitar a vida de quem ainda tem coragem de investir no Brasil, que é um esporte de altíssimo risco", disse Bolsonaro. Com agenda no Rio de Janeiro, o presidente deixou a residência oficial do Senado, onde ocorreu o encontro, e deixou as tratativas com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Os governadores apresentaram seis pautas prioritárias. O governo federal retrucou e disse que prioridade é a reforma da Previdência - e somente depois dela poderá dar respaldo a outras medidas. Com a maioria dos Estados em situação fiscal crítica, os governadores pedem que as medidas de socorro da União avancem concomitantemente à reforma. Governadores de 21 Estados estavam no encontro. Quatro enviaram seus vices.

O Plano Mansueto é o que de mais concreto foi anunciado aos Estados até o momento. Suas linhas gerais já foram divulgadas, mas nem sequer saiu do papel. Aliado insuspeito do Bolsonaro, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), relatou "frustração" e "constrangimento". "Vim aqui hoje [ontem] na certeza de que agora já estaria lendo o texto do Plano Mansueto e discutindo com os presidentes da Câmara e do Senado. Foi uma frustração."

Para Caiado, o governo está descumprindo o prometido anteriormente. "Fizemos a tarefa de casa. Tudo aquilo que o governo federal pediu, fizemos. Diminuir incentivos, a folha de pagamentos, levantar os contratos. Tudo na esperança de que viesse a autorização do governo [para Estados com baixa avaliação voltarem a tomar empréstimos, com a União como avalista]", afirmou.

09/05/2019 - 05:00

Estados ampliam benefícios, mas receita cresce abaixo da renúncia

Por Marta Watanabe

De 2012 a 2018 a renúncia fiscal dos Estados cresceu 15,3% em termos reais, enquanto a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aumentou apenas 2,2% no mesmo período. Os dados se referem ao agregado de 18 Estados mais o Distrito Federal que representam 92% da arrecadação nacional do tributo. Nesse universo, o ICMS renunciado em relação ao recolhimento total do imposto subiu de 16,5% em 2012 para 18,6% no ano passado.

Os dados constam de levantamento feito pela economista Vilma Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV). Os dados de renúncia, explica, foram retirados de informações fornecidas na Lei de Orçamento Anual (LOA) ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos Estados. A renúncia se refere ao ICMS e contempla o valor que deixou de ser arrecadado no ano como resultado de novos benefícios ou de incentivos concedidos anteriormente. Nos 19 entes, o valor renunciado atingiu R\$ 83,1 bilhões em 2018. O levantamento foi feito a pedido da Federação Brasileira de Associação de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite).

Avanço dos benefícios

Renúncia de ICMS em relação à receita do imposto - em %

Estado	2012	2018
Amazonas	675	69,2
Alagoas	11,8	14,9
Bahia	18,0	12,6
Ceará	13,7	7,7
Maranhão	11,3	20,2
Paraná	18,0	27,4
Pernambuco	13,6	12,5
Piauí	7,6	12,4
Rio Grande do Norte	6,7	7,3
Paraná	22,4	30,4
Rio Grande do Sul*	24,8	24,3
Santa Catarina	37,9	27,1

Vilma salienta que as renúncias tributárias do ICMS possuem, em sua maioria, uma motivação diferente da tradicional, pois esta é dada em boa parte pela guerra fiscal. Assim, os Estados criam incentivos para aumentar a competitividade da sua região em relação às demais, mas sem avaliar os efetivos impactos de cada medida. O que surpreende, diz Vilma, é a falta de avaliação dos benefícios. "A inexistência de avaliação desses incentivos acaba por não permitir conhecer os custos versus benefícios das renúncias concedidas", diz a economista.

Os dados mostram, segundo Vilma, que os gastos tributários de ICMS possuem como motivação a atração ou a manutenção de empresas em seu território, e não uma política pública com motivação econômica justificável, transparente e com avaliação prévia de seus efeitos. "A utilização desse instrumento para a guerra fiscal provocou um aumento acelerado dos incentivos fiscais, sem igual contrapartida nos recursos efetivamente arrecadados."

Vilma lembra que o período de 2012 a 2018 contempla o biênio 2015/2016, de recessão. Por isso o avanço da renúncia em alguns entes se deu também porque houve um ritmo menor de crescimento das receitas. Em alguns casos, o nível de renúncia avançou também por que a arrecadação caiu em termos reais. No Rio de Janeiro, a receita de ICMS recuou 6,7% de 2012 a 2018. Dos 19 entes analisados, em 12 houve elevação do valor de renúncia em relação ao total de ICMS arrecadado no período.

Goiás é um dos Estados com maior relação entre renúncia e receitas. Cristiane Schmidt, secretária da Fazenda goiana, diz que para este ano os benefícios de ICMS somam R\$ 8 bilhões, o que representa 50% da arrecadação do imposto, estimada em R\$ 16 bilhões. Boa parte dos incentivos é oferecida para a indústria e para o comércio atacadista. "É muita coisa", diz ela.

Segundo Cristiane, o Estado de Goiás deve fazer uma revisão dos benefícios oferecidos atualmente. A avaliação, explica, será feita em conjunto com o setor produtivo. "Não podemos rasgar contratos nem temos intenção de quebrar empresas", diz. O Estado, ressalta ela, precisa encaminhar três questões prioritárias: a despesa com ativos, com inativos e a parte

tributária, dada pelos incentivos fiscais. No último item, diz ela, a mudança da tributação sobre consumo para o destino, da forma como tem sido proposta pelo projeto de emenda constitucional encaminhado pela Câmara dos Deputados, certamente é importante.

George Santoro, secretário da Fazenda de Alagoas, também diz que a reforma do ICMS é o caminho para resolver o assunto. Em relação ao Estado, diz ele, os dados mostram aumento da participação dos incentivos porque ao longo do tempo o governo passou a mensurar com maior precisão a renúncia relacionada aos benefícios, o que fez elevar os valores declarados nos relatórios.

O economista José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), lembra que os Estados são responsáveis pela apuração da renúncia e provavelmente não seguem todos a mesma metodologia. "Na verdade, falta um manual comum para medir renúncias, que seria mais uma atribuição do Conselho de Gestão Fiscal da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal]." O economista defende a instauração do conselho com atribuição de garantir a uniformização das contas públicas dos Estados. A mudança de critério na forma de apuração da renúncia no decorrer dos últimos anos, diz ele, pode ter afetado os resultados em alguns Estados.

Santoro lembra que a Lei Complementar 160/2017, que permitiu a convalidação dos incentivos fiscais irregulares de ICMS, amenizou um pouco o cenário de guerra fiscal, já que novos benefícios não podem mais ser concedidos. A brecha que permite aos Estados a chamada "cola", reproduzindo incentivos dados por entes da mesma região, porém, diz ele, pode levar a uma nova disputa entre os Estados com redução de alíquotas do imposto, embora desta vez relacionada a benefícios oferecidos legalmente.

Vilma avalia que a solução passa necessariamente por uma reforma tributária que resulte na eliminação dos incentivos e da guerra fiscal. Caso isso não ocorra, diz ela, continuará o esvaziamento da base de incidência do ICMS, seja por questões estruturais da economia, seja por incentivos fiscais concedidos de forma desordenada.

Juracy Soares, presidente da Febrafite, diz que a saída é mudar o modelo atual do ICMS nos moldes do que tem sido discutido, com a criação de um imposto com cobrança deslocada da produção para o destino. Dessa forma, diz Soares, seria possível estabelecer uma alíquota única e assim acabar com a guerra fiscal. Para Soares, qualquer movimento que reduza o custo de compliance, trazendo simplificação, transparência e segurança jurídica, é bem-vindo, mesmo que as mudanças sejam parceladas. Não é necessário, diz ele, que as mudanças sejam feitas de uma só vez, numa única reforma.

Lucro da Braskem tem queda de 2%

A Braskem, responsável pela central de matérias-primas das indústrias químicas do Polo de Camaçari na Bahia e uma das maiores empresas do setor no mundo, registrou lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 1,028 bilhão no primeiro trimestre do ano, queda de 2% ante o lucro de R\$ 1,054 bilhão de um ano antes. O desempenho também reverte prejuízo de R\$ 78 milhões do quarto trimestre de 2018. Na mesma base de comparação, o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia cresceu 5%, somando R\$ 2,774 bilhões. Ante o trimestre imediatamente anterior foi apurada alta de 45%. A margem Ebitda subiu 1 ponto porcentual em relação ao informado

um ano antes, de 20% para 21%. Em dezembro de 2018, a margem ficou em 13%. A receita líquida ficou estável no comparativo anual, para R\$ 12,978 bi. Em relação ao trimestre imediatamente anterior, houve declínio de 13%. No trimestre, o resultado financeiro líquido consolidado ficou negativo em R\$ 831 milhões.

Houve, porém, alta de 45% na comparação com trimestre imediatamente anterior

GOVERNO

Investimentos públicos no País caíram 13,3%, diz IBGE

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio

De 2016 a 2017, os investimentos públicos no país tiveram um recuo de 13,3%, ao passar de R\$ 92,7 bilhões para R\$ 80,3 bilhões. O dado é da Conta Intermediária de Governo, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisa as contas dos governos federal, estaduais e municipais.

De acordo com o IBGE, a queda foi puxada pelo recuo de 40% dos investimentos de governos municipais. Os governos federal e estaduais tiveram altas de 0,9% e de 8,8%, respectivamente.

Em 2017, a necessidade de financiamento dos governos chegou a R\$ 551,3 bilhões, ou seja, 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país), superior aos 7,2% de 2016.

A necessidade de financiamento ocorre quando as despesas são maiores do que as receitas públicas. Quando as receitas são maiores que as despesas, o Estado passa a ter capacidade de investimento.

Segundo o levantamento do IBGE, o resultado foi influenciado pelo aumento dos benefícios sociais (cerca de 13%), das remunerações (cerca de 7%) e das despesas líquidas (10,4%). O crescimento das receitas foi inferior ao das despesas. Impostos tiveram alta: 5,5%.

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 09/05/2019	Página: B4

SELIC

Banco Central mantém juros básicos em 6,5% ao ano

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Pela nona vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a decisão de ontem, a Selic continua no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018.

Efeito na inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em março, o indicador fechou em 4,58% no acumulado de 12 meses. O índice subiu pressionado por alimentos e transportes. O IPCA de abril só será divulgado em 10 de maio.

Para 2019, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu meta de inflação de 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não poderá superar 5,75%.

Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 09.05.2019	



Política

Reforma da Previdência aumenta igualdade, diz Guedes

O ministro declarou que o sistema atual está fadado ao fracasso



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Por **Catarina Lopes** no dia 08 de Maio de 2019 · 21:30

O ministro da Economia, Paulo Guedes, participou hoje da primeira audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que discute a reforma da Previdência. Guedes afirmou que o sistema atual está fadado ao fracasso, devido ao envelhecimento da população, e que ele transfere renda dos mais pobres para os mais ricos.

"O Congresso deve se encaminhar em direção a um sistema mais igualitário. Um sistema onde todos se aposentam com as mesmas possibilidades. Ninguém ganha menos que um salário mínimo, agora ninguém ganha mais que o teto. Seja um político, uma dona de casa, uma empregada doméstica, todos convergirão para uma Previdência republicana", declarou.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Os muitos ruídos na Previdência

A capitalização só atrapalha o debate da reforma da Previdência. O projeto ainda não foi feito, só tem linhas gerais, mas não há apresentação do ministro Paulo Guedes em que ele não gaste a maior parte do tempo falando dela. É uma intenção, por enquanto. E como não há resposta para a questão-chave "quanto custa a transição", a discussão fica ociosa. Sempre que ela é feita, a resposta vem em forma de generalidades, como a de que temos que tirar os jovens do avião que está caindo.

Desta vez, a pergunta do custo da transição foi feita pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). E o número não veio, até porque não existe. Como a parlamentar havia criticado o desemprego, entre outros pontos da crise, houve a primeira das alterações do ministro, atacando "quem ficou no poder por 16 anos". A propósito, a conta só dá 16 anos se não se separar o governo Dilma do de Temer. Mas, evidentemente, ninguém tira do ministro da Economia a razão: este desemprego não é do atual governo, que acabou de chegar. Quem conhece economia sabe o que houve.

A equipe econômica tem que se concentrar em explicar os parâmetros do atual sistema, por-

que é nisso que se resume a PEC. O ministro também precisa segurar seus nervos. Para a oposição, é trabalho fácil tirá-lo do sério. O deputado Marcelo Ramos (PR-AM), presidente da Comissão Especial, teve que chamar a atenção de Guedes pelo menos duas vezes. Numa delas, Paulo Guedes afirmou que o "padrão da casa" era a baixaria depois das 18h. Sair do foco da reforma, e ir para a briga política, é inútil, dado que o país não está em período eleitoral.

A reunião de ontem na Comissão Especial foi mais bem preparada, com a alternância de falas a favor e contra, com a melhor ocupação geográfica do espaço. E as mudanças propostas foram mais bem explicadas, até porque houve uma apresentação estruturada do secretário Rogério Marinho. Mas há um número voando que não está em lugar algum. Quando eles apre-

Batalha da hora é reformar a atual Previdência, mas o governo perde tempo com o projeto de capitalização, que nem foi apresentado

sentam a tabela do déficit de cada segmento da sociedade, invariavelmente o dado do rombo do sistema de aposentadorias e pensões dos militares aparece subestimado. Ontem, na tabela de Rogério Marinho, caiu mais um pouco. O ministro falou em R\$ 20 bilhões, e a tabela mostrou R\$ 18 bilhões, quando o número correto é R\$ 43 bi. Eles sabem disso. Mas o governo só inclui na conta o que se paga às pensionistas, excluindo-se o gasto com quem está na reserva.

Na oposição, o discurso é o mesmo de sempre, de críticas à

reforma, principalmente nos pontos mais vulneráveis, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou a aposentadoria rural. Mas houve avanços pequenos. Jandira Feghali já admite que há déficit, só que ela diz que é de R\$ 54 bilhões. E o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) aceita que é preciso adaptar o sistema às mudanças da demografia e aprova a ideia das alíquotas progressivas. Mas não vai muito além disso.

Uma questão que a oposição sempre pergunta é para onde vai o R\$ 1 trilhão que será poupado caso a reforma seja aprovada. O que falta o governo explicar com clareza é que não terá lucro com a reforma, nem mesmo o sistema ficará equilibrado. A reforma conseguirá reduzir o ritmo de alta do déficit e em algum momento estabilizá-lo. Paulo Guedes tem dito que se for aprovada a reforma de R\$ 1 tri

será apresentada a capitalização, e isso gera mais confusão.

– Vamos permitir que os jovens façam essa escolha. Se a poupança for de R\$ 1 trilhão, vamos simular com os jovens entrando. Se for menor do que isso, a resposta é zero. Por isso o senhor não recebeu resposta exata, porque pode não haver a capitalização. Se for de R\$ 700 bilhões, não vai haver. E se for R\$ 1 trilhão? Ai vamos simular. Porque já está simulado que o rombo sumiu por 10 anos. Temos tempo agora para fazer as simulações e submeter aos senhores. Estamos pedindo licença para criar um regime alternativo de capitalização. E ele vai ser avaliado aqui de novo – disse Guedes.

O rombo não vai sumir com esta reforma. Este ano será de quase R\$ 290 bilhões a soma do déficit do INSS, com o dos servidores federais e o dos militares. A economia de R\$ 1 trilhão é em 10 anos. A antecipação da discussão de um projeto polêmico, que ainda nem se sabe se será enviado, é no mínimo contraproduziva. Afinal, a batalha da hora é pela atual reforma da Previdência. E é fácil concluir que se houver menos contribuintes no sistema de repartição o rombo tende a crescer.

Em defesa da reforma

1,23
trilhão de reais é a previsão de economia prevista com a reforma

Paulo Guedes participou da primeira reunião da comissão especial da Câmara que analisa a proposta de reforma



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL

Das agências

REPORTAGEM
correio24horas@redebahia.com.br

Ministro volta à Câmara para falar sobre nova Previdência

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse, ontem, que o Brasil gasta atualmente R\$ 750 bilhões por ano com a Previdência – mais de três vezes o gasto anual com saúde, educação e segurança. Nos estados e municípios, ressaltou, vários governos locais gastam mais que 70% da receita corrente líquida com pessoal, com gastos inflados por causa da Previdência dos servidores.

“Gastamos aproximadamente R\$ 750 bilhões com Previdência só este ano. Isso é sete vezes mais do que gastamos com educação, que é o futuro. Quatro vezes mais do que gastamos com saúde. Três vezes mais do que com saúde, educação e segurança pública, somados. Mais de 50% dos gastos públicos federais são com Previdência”, destacou o ministro.

Durante audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que discute a reforma da Previdência, o ministro lembrou que a aposentadoria média dos servidores do Legislativo está em torno de R\$ 28 mil, 20 vezes mais que o benefício médio de R\$ 1,4 mil para o aposentado da iniciativa privada. Guedes afirmou ainda que a reforma da Previdência está baseada no combate à desigualdade e na redução de privilégios.

Segundo Guedes, o sistema atual, além de estar fadado ao fracasso por causa do envelhecimento da população, transfere renda dos mais pobres para os mais ricos. Ele disse que cabe ao Congresso tornar o sistema de aposentadorias e pensões mais republicano.

“O Congresso deve se encaminhar em direção a um sistema mais igualitário. Um sistema onde todos se aposentam com as mesmas possibilidades. Ninguém ganha menos que um salário mínimo, agora ninguém ganha mais que o teto. Seja um político, uma dona de casa, uma empregada doméstica, todos convergirão para uma Previdência republicana. Isso está nas mãos do Congresso votar”, declarou o ministro.

Durante a audiência, Guedes abordou alguns dos pontos considerados mais controversos entre os parlamentares, como as mudanças nas regras da aposentadoria rural e do Benefício de Prestação

●● **A razão principal para fazermos a reforma é que a velha Previdência é um regime condenado à falência Paulo Guedes**

Ministro da Economia

●● **Somos ponto fora da curva no mundo ao permitir aposentadoria por tempo de contribuição Rogério Marinho**

Secretário Especial de Previdência e Trabalho

●● **Por que não dizem que este projeto de reforma é para privatizar a Previdência Social? Jandira Feghali**

Deputada federal e líder da Minoria na Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA
CONCORRÊNCIA Nº 001/2019, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE CONCESSÃO ONEROSA PARA IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, regida pelas Leis Federais nº 8666/93 e suas alterações, devendo a Licitação ser realizada no dia 01 de Julho de 2019, às 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itabuna, localizada na Avenida Princesa Isabel, 678, São Caetano onde poderá ser adquirido o Edital. O edital poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura Municipal ou através do site www.dom.org.br. Informações no setor de licitações ou através do e-mail: itabanlicita@gmail.com. Itabuna, Bahia, 08 de Maio de 2019. Roger Benica. Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE LOURDES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2019, CERTIDÃO. O Pregoeiro do Município de Campo Alegre de Lourdes-BA, certifica o decurso de prazo sem interposição de recurso pela empresa GAUS INDUSTRIA LTDA, nos autos do Pregão Presencial nº 031/2019. Processo Administrativo: 0862/2019, que tem por objeto: Registro de Preços para aquisição de mobiliário- longarinas, conjunto aluno (cadeira e cadeira) e cartelas universitárias anatómicas-, para a Biblioteca e Escolas do Município de Campo Alegre de Lourdes. Sessão realizada em 26/04/2019 na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Campo Alegre de Lourdes- Bahia, local Avenida Sete de Setembro, s/n, Centro, Campo Alegre de Lourdes- BA.
 JOSE OTAVIO GOMES MENDES - Pregoeiro

SINDIMED
SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DA BAHIA - SINDIMED
 CNPJ 13.505.048/0001-60
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 Pelo presente Edital, ficam convocados todos os médicos servidores estatutários concursados ou não concursados, que também prestam serviços como PJ para a Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, associados ou não a este Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia - Sindimed-BA, a participar da Assembleia Geral Extraordinária Permanente em caráter emergencial, na sede da entidade na rua Macapá, 241, Ondina, Salvador-BA, no dia 13/05/2019 (segunda-feira), às 19h em primeira convocação, para discutir os seguintes pontos de pauta: 1) Esclarecimentos aos médicos que se encontram na situação de "duplo vínculo" (Estatutário e Pessoa Jurídica - PJ) com a SESAB; 2) Esclarecimentos a respeito dos riscos do edital de ordenamento para a classe médica; e 3) Deliberação sobre as ações a serem tomadas acerca dos assuntos mencionados. Não havendo número legal na hora marcada, a Assembleia será realizada, em segunda convocação às 19h 30min, observadas as formalidades legais estabelecidas nos artigos 612 e 259 da CLT.
 Salvador, 08 de maio de 2019.
 Ana Rita de Luna Freire Peixoto
 Presidente

Sindipetro
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 O SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIPEURO - BAHIA, inscrito no CNPJ sob o n. 15.532.855/0001-30, com sede à **Boulevard América 55, Jardim Baiano, Salvador (BA)**, em face de deliberação de reunião da Diretoria Executiva, vem convocar todos os trabalhadores da Empresa **PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO**, em especial aqueles lotados na base **GASCAC**, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE** que será realizada na BASE Transporto - Gascac, no Município de Pojuca-Bahia, no dia 13 de maio do ano de 2019, às 07h00min em primeira convocação, ou às 07h30min, em segunda e última convocação com os presentes. Na oportunidade será objeto de deliberação a seguinte ordem do dia: I - Informes sobre a posição da diretoria Executiva da Entidade sobre a redução de intervalo intrajornada e os prejuízos da reforma trabalhista para os trabalhadores; II - Debate sobre as propostas de redução do intervalo intrajornada, mudança de início e fim nos horários das escutas, dentre outras alternativas apresentadas sobre o tema na AGE; III - Discutir e deliberar para autorizar o Sindicato a pactuar Acordo Coletivo de Trabalho específico, para disciplinar a redução de intervalo intrajornada na forma do art. 511-A da CLT, ou mudança de escalas frutos dos debates entre os trabalhadores. Salvador, seis de maio de dois mil e dezesseis, Jairo Batista Silva Santos - Coordenador Geral - Diretoria Colegiada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AURELINO LEAL
 CNPJ N: 16.137.291/0001-02
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019
 O Município de Aurelino Leal comunica a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA regida pelas Leis Federais nº 10.520/02 e 8666/93 e suas alterações, devendo a Licitação ser realizada no dia 20 de Maio de 2019, às 08:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Aurelino Leal, localizada na Avenida Alonzo, s/n, Centro. O edital poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura Municipal ou através do site www.aurelinoleal.org.br. Informações no setor de licitações ou através do e-mail: licitacaoaurel@gmail.com. Aurelino Leal, Bahia, 07 de Maio de 2019. Gildásio Coelho Teixeira Junior. Comissão de Licitação.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019
 O Município de Aurelino Leal comunica a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS regida pelas Leis Federais nº 10.520/02 e 8666/93 e suas alterações, devendo a Licitação ser realizada no dia 20 de Maio de 2019, às 10:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Aurelino Leal, localizada na Avenida Alonzo, s/n, Centro. O edital poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura Municipal ou através do site www.aurelinoleal.org.br. Informações no setor de licitações ou através do e-mail: licitacaoaurel@gmail.com. Aurelino Leal, Bahia, 07 de Maio de 2019. Gildásio Coelho Teixeira Junior. Comissão de Licitação.
CARTA CONVITE Nº 002/2019
 O Município de Aurelino Leal comunica a abertura da CARTA CONVITE Nº 002/2019, para IMPLANTAÇÃO DE 01(UMA) ACADEMIA DE SAÚDE regida pela Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações, devendo a Licitação ser realizada no dia 21 de Maio de 2019, às 09:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Aurelino Leal, localizada na Avenida Alonzo, s/n, Centro. O edital poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura Municipal ou através do site www.aurelinoleal.org.br. Informações no setor de licitações ou através do e-mail: licitacaoaurel@gmail.com. Aurelino Leal, Bahia, 07 de Maio de 2019. Gildásio Coelho Teixeira Junior. Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS
 CNPJ N: 13.830.336/0001-23
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019
 A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que realizará a TOMADA DE PREÇOS nº 009/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE REFORMA FORNECIMENTO DE FERRAGENS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA DA PRAÇA MILTON BULCÃO LEMOS DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS. Data: 27/05/2019. Horário: 09h30min. Edital disponível no site transparencia.candeias.ba.gov.br. Maiores informações através do e-mail: copel.pmcandeias@gmail.com, telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA, 08 de maio de 2019. Tatiane Carvalho de Souza - Presidente da COPEL.
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019
 A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que realizará o PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANDEIAS, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISPONIBILIZAÇÃO DE RECURSOS TÉCNICOS, TECNOLÓGICOS E LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, COMTEMPLANDO OS SEGUINTE SISTEMAS: SISTEMA DE ARRECADADAÇÃO, 1.2. SISTEMA DE AUTODATENTENDIMENTO TRIBUTÁRIO VIA INTERNET. Data: 23/05/2019. Horário: 09h30min. Edital REFORMULADO no site: transparencia.candeias.ba.gov.br. Maiores informações através do e-mail: copel.pmcandeias@gmail.com, Telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA, 08 de Maio de 2019. Clidiane Damasceno dos Santos - Pregoeira da COPEL.
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019
 A Prefeitura Municipal de Candéias/BA comunica aos interessados que realizará o PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2019, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA PROGRAMAS SOCIAIS QUE SERÃO IMPLANTADOS NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS. Data: 28/05/2019. Horário: 09h30min. Edital no site: transparencia.candeias.ba.gov.br. Maiores informações através do e-mail: copel.pmcandeias@gmail.com. Telefone para contato: (71) 3601-2725. Candéias/BA, 08 de Maio de 2019. Clidiane Damasceno dos Santos - Pregoeira da COPEL.

Continuada (BPC), pago a idosos de baixa renda. Líderes de 13 partidos, que representam 290 dos 513 deputados, já se posicionaram de forma contrária a esses dois itens.

Ao defender as alterações em relação à aposentadoria rural, Guedes argumentou que pode haver muita fraude no campo e que uma pequena contribuição permitiria o controle. "A sorte está com os senhores em decidir sobre isso", afirmou. Sobre o BPC, Guedes ressaltou que não se trata de uma redução do benefício. Hoje, o BPC é pago no valor de um salário mínimo para idosos com 65 anos ou mais que comprovem viver em condição miserável.

O ministro reafirmou que a tributação sobre a folha de pagamentos contribui ainda mais com o desequilíbrio. Isso porque os encargos trabalhistas tornam mais difícil a criação de empregos com carteira assinada, criando uma massa de 50 milhões de brasileiros que vivem na informalidade e não contribuem com a Previdência. Ele também ressaltou que o sistema atual mistura Previdência e assistência social.

SECRETÁRIO

Guedes chegou à comissão especial acompanhado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que participou da parte inicial do debate. Coube ao secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, fazer uma apresentação sobre os números do governo. Ele começou a apresentação citando frases dos quatro últimos ex-presidentes da República - Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer - e do presidente Jair Bolsonaro, que ressaltam a necessidade de reformar a Previdência. "Essa é uma pauta da sociedade", justificou.

Ele apresentou uma tabela com a expectativa de sobrevivência de quem chega aos 65 anos, para mostrar que não há grandes diferenças regionais que justifiquem a imposição de idades mínimas diferentes por regiões.

Citando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marinho mostrou que o idoso com 65 anos vive, em média, até os 82 anos no Norte, 83,1 anos no Centro-Oeste, 82,7 anos no Nordeste, 84,3 anos no Sudeste e 84,2 anos no Sul. "A diferença entre as regiões chega no máximo a dois anos, o que é irrelevante em termos estatísticos", justificou.

Segundo Marinho, a proposta de reforma da Previdência tem cinco pilares: combate a privilégios, equidade (todos contribuem, respeitando as particularidades de cada profissão), combate às fraudes (medida provisória de revisão de benefícios), cobrança de dívidas (projeto de lei que endurece a cobrança de grandes devedores), impacto fiscal.



Governadores e vice-governadores dos estados debateram ontem a proposta de reforma da Previdência

Governo propõe pacto com os estados

O presidente da República, Jair Bolsonaro, comparou ontem os investimentos no Brasil a um "esporte de altíssimo risco". Em um café da manhã com governadores, vice-governadores e senadores na residência oficial da presidência do Senado, Bolsonaro voltou a pedir apoio para aprovação da reforma da Previdência. "Temos que facilitar a vida de quem quer produzir e de quem tem coragem ainda de investir no Brasil, que é um esporte de altíssimo risco dada a situação em que nos encontramos", disse.

No encontro, o presidente também disse aos governa-

dores e parlamentares que o governo está aberto ao diálogo e que as ideologias devem ser deixadas de lado neste momento. "O governo está aberto aos senhores para o diálogo. Temos problemas que são comuns, outros não. Mas temos que ceder num dado momento para ganhar lá na frente. Se todo mundo agir com esse espírito, o Brasil sai da situação em que se encontra", disse.

EMPENHO

Na mesma linha, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni - que continuou no encontro após a saída do presidente, teve

agenda no Rio de Janeiro - ressaltou o empenho do governo em torno das negociações para votação da reforma da Previdência Social. Segundo Onyx, o governo tem trabalhado na harmonização e na pacificação das relações com a Câmara dos Deputados, com o Senado e com o Supremo Tribunal Federal (STF).

Durante café da manhã, os governadores entregaram a representantes do governo uma carta com seis itens que, segundo eles, compõe uma pauta mínima, que precisa avançar paralelamente à discussão da nova Previdência no Congresso.

Reforma tem o apoio de 59% dos brasileiros, diz pesquisa

A reforma da Previdência é considerada necessária por seis em cada dez brasileiros, ou 59% da população. Isso é o que revela a pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira - Reforma da Previdência, divulgada, ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Outros 36% discordam sobre a necessidade da reforma.

A percepção de que as mudanças são imprescindíveis é maior entre os homens, os que têm ensino superior e renda familiar superior a cinco salários mínimos, revela o levantamento feito pela CNI em conjunto com o Ibope.

Entre os homens, 63% dizem que é preciso fazer a reforma da Previdência. Já entre as mulheres, o percentual cai para 54%. As mudanças são necessárias para 68% dos entrevistados com ensino superior e para 73% dos que têm renda familiar acima de cinco salários mínimos.

A pesquisa revela ainda que a reforma tem também o apoio da maioria dos que ganham menos e com menor grau de escolaridade: 52% dos que concluíram até a quarta série do ensino fundamental e 51% dos que recebem até um salário mínimo acreditam que é preciso mudar o sistema previdenciário do país.

igh Instituto de Gestão e Humanização
O Instituto de Gestão e Humanização (IGH) está contratando PCD para funções variadas.
Os interessados devem enviar currículo e laudo médico para curriculo.pcd@igh.org.br com identificação da vaga pretendida.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIÚBA - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - RESUMO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019. O Pregão do Município, informa que realizará no dia 21 de maio de 2019 às 09:00 h. Tem como objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa para aquisição de Materiais diversos: permanentes, de expediente, de limpeza, educativos e de higiene pessoal. Para manutenção da Secretaria de Educação e das Unidades Escolares no município, junto ao Fundo Municipal de Educação, visando atender a Secretaria de Educação deste Município. Edital na sala de Licitação na sede desta Prefeitura deste Município. Informações pelo tel.(74) 3546-1144. Itiúba - Ba, 08 de maio de 2019. Anderson Andrade Nogueira, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNA
CNPJ N: 13.672.605/0001-70
TOMADA DE PREÇOS
A Comissão permanente de Licitações do Município de Una-BA, torna público o aviso de Tomada de Preços 003/2019 para contratação de empresa para ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM ÁREA RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (VILA SÃO JOÃO E CARIUÁ).Data: 24/05/2019 - Horário: 08:00hrs - licitacoes@una.ba.gov.br / www.una.ba.gov.br - tel.: 3236-2021 - Sede da Prefeitura Municipal - Gabriel Rusciolli da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SECRETARIA DE GESTÃO
SALVADOR
PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE CONVOCAÇÃO
A Comissão Central Permanente de Licitação - COMPEL torna público para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE Nº 093/2019 - PROCESSO Nº 1590/2019 - SEMGE**, cujo objeto é a elaboração de registro de preços de artigos de escritório e descartáveis, com recebimento das propostas a partir das 8h do dia 22/05/2019; abertura no dia 23/05/2019 às 9h e início da disputa no dia 23/05/2019 às 10h (horário de Brasília). O Edital do Pregão Eletrônico encontra-se à disposição dos interessados para acesso no site: www.licitacoes-e.com.br. Salvador, 07 de maio de 2019. **Luciano Brayner de Cerqueira** - Presidente.

ISA IRRIGACAO SANTO ANDRÉ S/A
CNPJ Nº 31.786.825/0001-29 - NIRE 26.10011709-1
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 09/05/2019, na sede social da Companhia, localizada na Foz. Santa Helena, Km 973, 89, Cx. Postal de Barra Nova, BA, para deliberarem sobre o seguinte: I) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Relatório da Auditoria Externa e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; II) Distribuição de dividendos; e III) Franquia de renovação de direitos de Administração. Na sede social encontram-se à disposição dos Acionistas todos os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76; Barra Nova/BA, 07/05/2019. Isabel Ferraz Magalhães - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACAJUTIBA
TOMADA DE PREÇO Nº 003-2019. A Prefeitura Municipal de Acajutiba - BA, torna público que realizará a Tomada de Preço Nº 003-2019, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES EM OBRA PÚBLICA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO EM DIVERSAS RUAS DA LOCALIDADE BENEDITO, NO MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA-BA, NOS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº 0390/14/2018, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA-BA. Data/hora/local para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e propostas de preço: 24.05.2019 às 08:00 horas na Praça Aquinoel Borges, 54, Centro - Acajutiba - BA. O Edital, poderá ser disponibilizado na sede da Prefeitura Municipal de Acajutiba, no setor de Licitações. Informações: mesmo endereço das 08 às 12horas. Presidente da CPL: Ronaldo dos S. Ribeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJUNQUE
CNPJ N: 13.698.782/0001-26
PREGÃO PRESENCIAL PP 023/2019
A Pregoeira torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 023/2019. Processo Administrativo 091/2019. Tipo: MENOR PREÇO POR GLOBAL. Objeto: Contratação de serviços técnicos em consultoria. Acompanhamento de propostas e solicitação de demandas junto ao governo federal, em todos os ministérios, especificamente em integração junto ao Distrito Federal, e órgãos Regionais dos diversos Ministérios, objetivando o cadastramento, acompanhamento, entrega de documentos, solução de pendências, entrega de documentos, que viabilizem a liberação de recursos que beneficiem o município de Quijunque - Bahia, conforme especificações constantes no Termo de Referência. Sessão de Abertura: às 11:30 horas do dia 22/05/2019 e será realizada na sala de reuniões da CPL na Prefeitura Municipal de Quijunque - Bahia, local Praça Hermógenes José da Silva, S/N Centro. Maiores informações através do tel. (075) 3387-2196 e ou 3387-2317 das 08:00 hrs às 12:00 horas. Os interessados poderão obter o Edital na Prefeitura Municipal de Quijunque - BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 hrs às 12:00 hrs. Danília Dias da Silva Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2019. PA Nº 1.269/2019. Objeto: Aquisição de peças e acessórios para reposição dos equipamentos hospitalares e odontológicos deste município. Abertura: 21.05.2019, às 08h12h ou no endereço eletrônico: www.livramentodenosssenhora.ba.gov.br/diariooficial. José Raimundo Teixeira Silva Abreu - Pregoeiro.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019. PA Nº 1.270/2019. Objeto: Aquisição de materiais diversos para construção, reparos elétricos, reforma em geral, entre outros, para atender a demandas das Secretarias deste município. Abertura: 21.05.2019, às 14h. Edital disponível no prélio da Prefeitura, das 08h12h ou no endereço eletrônico: www.livramentodenosssenhora.ba.gov.br/diariooficial. José Raimundo Teixeira Silva Abreu - Pregoeiro.
AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2019. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de uma de suas atribuições legais, torna público aos interessados a alteração da data de abertura da licitação relativa ao Procedimento Licitatório nº 1.243/2019. Concorrência Pública nº 003/2019, que dispõe sobre a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de obra de argamassa na construção de unidade escolar no Bairro Barriguda, neste município, passando do dia 15 de maio de 2019, às 09:00 horas para 16 de maio de 2019, às 09:00 horas. A alteração da data de abertura ocorre diante conveniência e interesse da Administração Municipal. Permanecem inalteradas as demais condições da licitação. Livramento de Nossa Senhora, em 6 de maio de 2019. Anderson Castro Ribeiro - Presidente da CPL.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09/05/2019	Caderno: Economia



Sem reforma, não há garantia de que pagamentos serão feitos, diz Guedes

Em audiência na Comissão Especial, ministro da Economia recorreu a palavras didáticas para defender proposta e tentou fugir das armadilhas da oposição; de acordo com Guedes, 'buraco fiscal ameaça engolir o Brasil e precisa ser atacado'

Idiana Tomazelli, Lorena Rodrigues e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

08 de maio de 2019 | 22h52

BRASÍLIA - No primeiro reencontro com o Congresso após ser chamado de **“tigrão” com os pobres e “tchuchuca” com os ricos**, o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, tentou fugir das armadilhas da oposição e traçar uma estratégia de defesa da reforma da Previdência.

Em audiência pública na **Comissão Especial**, ele alertou que, sem a aprovação da proposta, o País corre o risco de não conseguir garantir o pagamento a aposentados. “É um buraco fiscal que ameaça engolir o Brasil e precisa ser atacado”, disse na quarta-feira, 8.

Guedes adotou na maior parte do tempo um tom ameno e recorreu a palavras didáticas para explicar a reforma. Mas o clima ameaçou esquentar já no fim da audiência e o ministro precisou ser acudido, pelo menos três vezes, pelo presidente da comissão, deputado **Marcelo Ramos (PR-AM)**, e por deputados do PSL, do presidente **Jair Bolsonaro**.

Para mostrar a importância da proposta, ele contou com o auxílio do secretário especial de Previdência e Trabalho, **Rogério Marinho**, que foi deputado federal por três mandatos.

O secretário preparou uma espécie de “vacina” para o discurso da oposição de que a reforma afeta sobretudo os mais pobres. Hoje, segundo Marinho, o sistema atual é injusto porque 15% dos mais ricos acumulam 47% da renda previdenciária. Ele exibiu cálculos que mostram que a economia de R\$ 807,9 bilhões esperada com a reforma no INSS em 10 anos recairá sobre 71,3 milhões de segurados – resultando numa economia por indivíduo de R\$ 11,3 mil. Já no caso dos servidores federais, a mudança poupará R\$ 224 bilhões em uma década, mas o número de atingidos é menor, de 1,4 milhão, e a economia por indivíduo é de R\$ 157 mil.

Guedes, por sua vez, tentou convencer os parlamentares de que o regime atual está condenado. “Há 40 anos, tínhamos 14 contribuintes por idoso. Hoje são 7 contribuintes por idoso, e quando filhos e netos dos presentes aqui pensarem em se aposentar, serão 2,3 jovens para cada idoso. O sistema já está condenado à quebra”, disse.

Ele lembrou que Estados, inclusive os governados pela oposição, enfrentam dificuldades para pagar salários e aposentadorias. Ele voltou a defender a criação de regime de capitalização, uma espécie de poupança individual dos trabalhadores, e disse que as regras de funcionamento desse sistema serão discutidas com o Congresso.

O líder da oposição na Câmara, **Alessandro Molon (PSB-RJ)**, disse, porém, que o grupo combaterá a capitalização. Segundo ele, mesmo países que optaram pelo regime, como o Chile, já fizeram mudanças no modelo. “Não somos contra por razão filosófica apenas, é porque não dá certo. Não deu certo em lugar nenhum”, disse.

FOLHA DE S.PAULO

A necessária autonomia do BC

Mercados financeiros globais limitam ações das autoridades monetárias

Laura Carvalho

Professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP; autora de "Valsa Brasileira: do Boom ao Caos Econômico"

Em meio à queda livre das expectativas de crescimento para a economia brasileira em 2019 e dadas as limitações que o teto de gastos impõe à expansão dos investimentos públicos, muitos economistas têm defendido a redução da taxa básica de juros pelo Banco Central como único instrumento possível de estímulo aos investimentos privados e ao consumo das famílias no curto prazo.

As estimativas realizadas pela LCA Consultores são que a taxa de juros real está em

terreno neutro há três trimestres. Ou seja, os juros não estariam baixos o suficiente para estimular a economia, ao contrário do que afirma o BC.

Faz todo o sentido, portanto, a pressão sobre o Copom (Comitê de Política Monetária) por um corte na Selic. Só faltou combinar com os americanos.

Enquanto o Copom dava início à sua reunião mensal, os mercados financeiros internacionais reagiam em polvorosa a uma declaração do

representante comercial dos EUA, Robert Lighthizer, confirmando o aumento das tarifas comerciais sobre produtos chineses em meio às tensas negociações entre os dois países. Até então, os agentes não levavam muita fé nas ameaças proferidas pelo presidente Donald Trump no Twitter.

O índice de volatilidade VIX, que, por ser uma das principais medidas de apetite de risco em Wall Street, costuma ser apelidado de "aferidor do medo", demonstrou comportamento

similar ao de outros episódios de derretimento do mercado de ações norte-americano. Mas o que temos a ver com isso?

Em um influente artigo publicado em 2015, a professora Hélène Rey, da London Business School, concluiu que a existência de um ciclo financeiro global impede que os bancos centrais ao redor do mundo tenham autonomia para definir sua política monetária a partir de seus objetivos domésticos — de combate à inflação e/ou ao desemprego, por exemplo. Tais resultados contradizem

a teoria econômica convencional, segundo a qual bastaria o país se abrir para a entrada e a saída de capitais e deixar sua taxa de câmbio flutuar livremente para garantir essa autonomia.

No artigo, Rey parte da evidência de que um quarto dos movimentos nos preços de 858 ativos financeiros nos cinco continentes é explicado por um fator comum, que mede o apetite de risco global (altamente correlacionado com o próprio VIX).

Isso explica por que uma expectativa de alta na taxa de juros do banco central norte-americano ou uma declaração intempestiva de Trump causam enorme turbulência nos mercados globais, podendo levar, por exemplo, à queda na Bolsa, à alta do dólar e à contração na oferta de crédito mundo afora.

Tais efeitos colaterais acabam obrigando os bancos

centrais a reagir, retirando sua margem de manobra para perseguir objetivos domésticos. Rey oferece diversos caminhos para livrar-se dessas amarras — por exemplo, a implementação de controles de capitais e o uso de medidas macroprudenciais.

No Brasil, muitos defendem a autonomia plena do BC em relação ao governo: ao tirar a instituição da alçada dos representantes eleitos, a política monetária não estaria mais sujeita à tentação de priorizar objetivos que não o combate à inflação, o que contribuiria para a sua maior credibilidade com os agentes econômicos.

Tal debate torna-se no mínimo lateral diante do real desafio que se impõe ao redor do mundo: conseguir a autonomia dos bancos centrais em relação aos mercados financeiros globais e à política monetária dos EUA.

Veículo: Folha Online	Caderno: Mercado
Data: 09/05/2019	

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

Equipe de Guedes diz que 15% mais ricos concentram 47% da Previdência

Equipe econômica levou aos deputados mais números sobre a Previdência Social

Brasília

Com um discurso de que a [reforma da Previdência](#) visa combater privilégios, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) apresentou, à comissão especial da Câmara, dados da desigualdade no sistema de aposentadorias no Brasil: 15% dos mais ricos concentram quase metade da renda previdenciária (47%) no país.

“Velha Previdência é uma fábrica de privilégios, uma máquina de transferência perversa de renda: taxa mais pobres e transfere renda aos mais desfavorecidos”, afirmou Guedes na sessão de debate para apresentar a proposta aos membros da comissão especial, segunda etapa para o governo aprovar o projeto.

Nessa fase, a equipe econômica trouxe aos deputados mais números sobre a Previdência Social para argumentar que a reestruturação do sistema tem o objetivo de atacar as diferenças entre ricos e pobres.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, destacou que 82% dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) são de até dois salários mínimos.

Guedes, Marinho e assessores do Ministério da Economia participaram da primeira audiência pública da comissão especial da reforma da Previdência —parte do plano de trabalho do [relator da proposta, Samuel Moreira \(PSDB-SP\)](#).

Ele negou estar “a serviço” do governo. “A responsabilidade é nossa. Vamos servir ao Brasil, não ao governo”. E concluiu: “Não haverá cálculo eleitoral que seja maior que nossa responsabilidade, hoje, com o sistema de Previdência”.

Com uma postura de menor enfrentamento com a oposição, Guedes protagonizou, até o início da noite desta quarta, menos embates com deputados do que na [audiência pública há cerca de um mês na CCJ](#) (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

Em abril, a discussão sobre a reforma da Previdência foi encerrada após discussão entre Guedes e o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), que afirmou que o ministro age como “tigrão” com aposentados e agricultores e como “tchutchuca” com banqueiros. O ministro reagiu e a sessão foi encerrada.

Nesta quarta, durou pouco mais de seis horas a trégua. Guedes se exaltou após críticas de parlamentares da oposição, entre eles os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Perpétua Almeida (PcdoB-AC).

“[Depois de seis horas a baixaria começa](#). É o padrão da Casa. Ofensa...eu já entendi o padrão”, afirmou ele. O alvoroço no plenário começou depois que ele citou o caso de um assessor do deputado José Guimarães (PT-CE) flagrado com dólares na cueca em 2005. “Também se eu googlar dinheiro na cueca vai aparecer coisa”, disse.

Após a confusão, Guedes foi até o plenário da comissão e pediu desculpas ao deputado.

Em outro momento de tensão, o PSOL apresentou um cartaz como um cheque em branco que seria dado aos bancos caso seja aprovada a proposta de reforma da Previdência enviada por Bolsonaro, que prevê a troca do regime previdenciário para o sistema de capitalização, no qual cada trabalhador faz a própria poupança para bancar a aposentadoria.

Apesar das provocações, o governo contornou essas situações para também defender que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da reforma continue tendo efeito para servidores estaduais e municipais.

Cresce no Congresso o desejo de que os governadores e prefeitos que fazem campanha contra a proposta tenham o desgaste político de aprovar medidas impopulares nos respectivos órgãos legislativos.

“Há estados, mesmo da oposição, que estão sem pagar, atrasando pagamentos para fornecedores, atrasando em salários e começando a atrasar também pagamentos da Previdência”, afirmou Guedes.

Durante a audiência, os parlamentares reclamaram, porém, do fato de o presidente da Câmara ter aberto a ordem do dia no plenário. Com isso, deputados eram obrigados a deixar a sessão do colegiado para participarem de votações, já que caso não votem, têm seus salários descontados.

O presidente da comissão, Marcelo Ramos (PR-AM), afirmou que falaria com Maia para abonar as faltas.

Além disso, um problema técnico no som fez com que o ministro tivesse que trocar o microfone, já que um zumbido tomava conta da sala.

Thiago Resende, Angela Boldrini e Danielle Brant

Veículo: Política Livre	
Data: 08/05/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Banco Central mantém Selic em 6,5% pela nona vez seguida

Foto: Beto Nociti/Banco Central



Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central optou, de maneira unânime, por manter a Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, em 6,5% ao ano, mesmo nível desde março de 2018. A decisão anunciada nesta quarta-feira, 8, era esperada pela maioria dos analistas consultados pelo Estadão/Broadcast. Mesmo diante da decepção com a atividade econômica, os especialistas entendem que, enquanto não houver uma sinalização mais clara sobre a aprovação da reforma da Previdência, o BC deverá permanecer cuidadoso. Para o fim do ano, o mercado está mais dividido. Uns esperam corte do juro em meio à fraqueza econômica, mas a maioria está mais cautelosa com o cenário de inflação, bastante afetado por choques de oferta. Entre 46 estimativas, a previsão para a Selic varia de 5,50% a 7,25%. Já para 2020, as apostas vão de 5,00% a 8,50%. Em evento em São Paulo no fim de abril, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que “não existe juro baixo com inflação baixa e ancorada, com fiscal desarrumado por muito tempo”, e completou que o “cenário central” do BC é de aprovação da reforma da Previdência.

Estadão

Tribuna

Pela primeira vez, Brasil deixa lista dos 25 melhores países para investir

Pela primeira vez em 21 anos o Brasil ficou de fora da lista dos 25 melhores países para investir feita pela consultoria empresarial norte-americana A. T. Kearney. O País figurava no ranking desde 1998, quando o levantamento que segue a opinião de investidores estrangeiros começou a ser elaborado.

A posição do País em 2019 não foi divulgada. É o que mostra reportagem de Clara Rellstab, O Estado de S.Paulo.

O índice é calculado com base em uma pesquisa feita com 500 executivos seniores das principais corporações do mundo sobre a probabilidade de as empresas entrevistadas investirem diretamente naquele determinado País nos próximos três anos.

Pela primeira vez em 21 anos o Brasil ficou de fora da lista dos 25 melhores países para investir feita pela consultoria empresarial norte-americana A. T. Kearney

Pela primeira vez em 21 anos o Brasil ficou de fora da lista dos 25 melhores

impeachment da "ex-presidente de esquerda" Dilma Rousseff (PT), que abriu caminho para "um sucessor mais favorável aos negócios", o ex-presidente Michel Temer (MDB). "Ele (Temer) aprovou uma lei que limita futuros aumentos nos gastos governamentais, começou a lidar com a reforma previdenciária e planeja aprovar reformas nas leis trabalhistas, tributárias e educacionais até 2018", afirmaram.

"Os investidores nos di-

zem que permanecem relativamente pessimistas em relação às suas perspectivas econômicas (com o Brasil). Provavelmente como resultado desses problemas macroeconômicos, os fluxos de IED para o Brasil caíram de US\$ 65 bilhões em 2015 para US\$ 50 bilhões em 2016", diz trecho do estudo daquele ano.

No relatório deste ano, o Brasil não é citado. A consultoria faz considerações apenas sobre os 25 países listados no ranking.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2019 - O Município de Vitória da Conquista – Ba, realizará, o Pregão, do tipo menor preço global por lote para elaboração de registro de preços para futura contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) na locação, instalação e desinstalação de equipamentos para palco, destinados ao uso de diversos eventos junto a Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer, recursos do tesouro municipal (00). Sessão pública on line, através do site www.licitações-e.com.br no qual encontra-se o edital completo ou www.bb.com.br, acessando o link de licitações, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "licitações-e", constantes da página do Banco do Brasil. Demais publicações no site www.vitoriaconquista.ba.gov.br/dom. Sessão eletrônica: 23/05/2019 às 14h30min, horário de Brasília. Informações: (77) 3424-8518 / 3424-8515. Kairan Rocha Figueiredo- Secretário de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
CNPJ Nº 13.646.005/0001-38

Tribuna

Guedes diz que Previdência é uma ‘máquina perversa de transferência de renda’

ESTADÃO CONTEÚDO

O rombo na Previdência é um buraco fiscal que ‘ameaça engolir o Brasil’ e precisa ser atacado, defendeu o ministro da Economia, Paulo Guedes, em suas primeiras considerações na audiência pública da comissão da reforma. Ele destacou que não só o INSS, mas o regime próprio dos servidores federais, o regime dos militares e os regimes de Estados e municípios também registram déficits bilionários. “Sem a reforma, não há garantia de que esses pagamentos poderão ser feitos (no futuro)”, alertou.

Só o INSS tem um rombo próximo de R\$ 200 bi-

lhões, enquanto em Estados e municípios o déficit fica em torno de R\$ 100 bilhões, citou o ministro. Ele lembrou que mesmo Estados governados pela oposição já estão com dificuldades para pagar salários, aposentadorias e fornecedores.

“Os senhores sabem disso”, disse. Guedes usa um tom ameno e tenta recorrer a palavras didáticas para explicar a reforma aos parlamentares. Após sua última aparição no Congresso terminando em brigas e xingamentos, ele começou sua fala dizendo que está na sessão “para tirar dúvidas e trocar informações”.

“Há 40 anos, tínhamos 14 contribuintes por idoso. Hoje são 7 contribuintes por idoso, e quando filhos e ne-

tos dos presentes aqui pensarem em se aposentar, serão 2,3 jovens para cada idoso. Então o sistema já está condenado à quebra”, advertiu Guedes. “A velha previdência está atuarialmente condenada à explosão”, afirmou o ministro. “As disfunções são evidentes. A insustentabilidade financeira do sistema é evidente, e os buracos se apresentam em todas as modalidades”, afirmou Guedes.

O ministro disse ainda que o rombo hoje é mais de quatro vezes o gasto com País com saúde.

Guedes voltou a dizer que a Previdência é uma “fábrica de privilégios” e uma “máquina perversa de transferência de renda”. Ele mencionou que mais de 80% dos

brasileiros se aposentam com menos de dois salários mínimos.

“Estamos tornando a Previdência progressiva e recalibrando despesas futuras, para que não prossiga essa perversa transferência”, afirmou. Segundo o ministro, as idades mínimas propostas em 62 anos para mulheres e 65 anos para homens foram baseadas em médias já observadas entre quem se aposenta na regra por idade.

“Quem vai ter que trabalhar mais e ficar mais tempo pagando alíquotas crescentes são exatamente os mais favorecidos”, argumentou. Outro ponto importante, segundo o ministro, é a “perversa e cruel forma de financiamento desse sistema”.



O ROMBO na Previdência é um buraco fiscal que “ameaça engolir o Brasil” e precisa ser atacado, defendeu o ministro da Economia, Paulo Guedes

Tribuna

Privilégios

Um deputado baiano disse ontem à coluna que a declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que a Previdência brasileira é uma “fábrica de privilégios” calou fundo nos colegas parlamentares, categoria que desfruta de vários deles, inclusive da possibilidade de se aposentar depois de cumprir apenas dois mandatos consecutivos, o equivalente a oito anos. Exatamente por esta razão, segundo ele, e ainda mais depois da divulgação da pesquisa Ibope mostrando que a maioria da população é a favor da reforma, a tendência é de que os deputados reconheçam que revisar as regras de aposentadoria é fundamental para tirar o país da crise e a aprovevem, ainda que em placar apertado.



Paulo Guedes

Expectativa

A divulgação de uma pesquisa Ibope, ontem, revelando que 59% dos brasileiros apoiam a reforma da Previdência tende a diminuir a resistência no Congresso à sua aprovação. Era o que esperavam ontem os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PSL) na Bahia. Eles acham, no entanto, que o presidente poderia vestir mais a camisa da reforma.

Apoio

A TV Globo tem dado inquestionável apoio à aprovação da reforma da Previdência, na avaliação de deputados esquerdistas baianos, que não se cansam de dizer que ela não é deficitária, mas é superavitária, apesar de todos os dados disponíveis mostrarem que o número de contribuintes para o sistema só tem caído, devendo chegar a 2,3 por aposentado em 2060.

País quebrado

O deputado federal Jorge Solla (PT) demonstrou, com dados oficiais, ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que sua proposta de criar um regime de capitalização da Previdência poderá piorar o quadro de déficit fiscal e quebrar o país. O debate acerca do projeto aconteceu ontem, na Comissão Especial da Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados. “É uma grande mentira, de que vai equilibrar financeiramente a previdência. O sistema de capitalização vai em curto prazo falir a arrecadação da previdência social. Porque os recursos que vêm de forma corrente, mês a mês, irão para fundos privados, contas individuais, e só em 2019 essa conta é de R\$ 400 bilhões”, destaca o petista.

09/05/2019 - 05:00

Com 59 novos projetos, PPI prevê R\$ 1,6 tri

Por **Rafael Bitencourt e Marcelo Ribeiro**

O governo anunciou ontem a inclusão de 59 projetos no Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) com investimento de R\$ 1,6 trilhão nos próximos 30 anos. A maior parte (R\$ 1,4 trilhão) está relacionada aos três leilões de petróleo e gás previstos para este ano: a venda do óleo excedente aos 5 bilhões de barris do contrato de cessão onerosa firmado com a Petrobras, a 16ª rodada de concessão e a 6ª rodada no regime de partilha.

O anúncio ocorreu após reunião do conselho de ministros do PPI, no Palácio do Planalto. "Dos 193 programas qualificados até hoje 147 foram absorvidos pelo capital privado, restando 46 neste grande portfólio", disse o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informou que os projetos da área responderão por R\$ 130 bilhões em investimentos ao longo da concessão. Grande parte, segundo ele, estará concentrada nos cinco primeiros anos dos contratos.

Freitas afirmou que a Infraero assumirá os estudos de venda das participações de 49% em quatro aeroportos concedidos no governo Dilma Rousseff: Guarulhos (SP), Brasília (DF), Galeão (RJ) e Confins (MG). Antes, a estruturação da venda estava com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A venda da participação da estatal em Viracopos (Campinas) ficará para depois, em razão da atual dificuldade financeira enfrentada pela concessionária. Sobre Viracopos, o ministro disse que pretende viabilizar a transferência de controle ainda neste ano. Se não for possível, o governo afirma que uma nova concessão será feita no próximo ano.

A sexta rodada de aeroportos, com três blocos regionais (Sul, Norte e Centro-Oeste), será realizada em outubro de 2020, quando já serão iniciados os estudos da rodada seguinte. A sétima rodada, que contará com os aeroportos mais atrativos, Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ), está prevista para 2022.

O ministro informou que foram iniciados os estudos para abertura de capital da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), que administra o Porto de Santos. A operação deve ocorrer nos "idos de 2021, 2022". Conforme o **Valor** antecipou, o governo incluiu no PPI a transferência do Porto de São Sebastião (SP) à iniciativa privada, por 35 anos, em 2021.

No setor rodoviário, o governo planeja investimentos na pavimentação e na manutenção de 14 mil quilômetros de estradas. Entre eles, estão incluídas as concessões da BR-381 (MG) e da BR-163 (PA). O pacote rodoviário inclui 7,2 mil quilômetros de concessão em estudos, que abarcam a oferta potencial de 15 trechos à iniciativa privada. Outros 4,1 mil quilômetros de rodovias concedidas pelo governo do Paraná deverão entrar no plano de concessão federal.

Ontem, o conselho do PPI confirmou outras duas informações antecipadas pelo **Valor**: a venda da fatia de 11,7% detida pela União no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), estimada em R\$ 3,5 bilhões, e das debêntures participativas emitidas pela Vale, avaliadas em R\$ 2,5 bilhões. O dinheiro entrará no caixa único do Tesouro.

O setor elétrico contribuirá com investimentos de R\$ 400 bilhões até 2027. A estimativa envolve a construção de mais 2,5 mil quilômetros de redes de transmissão em dez Estados, três leilões de oferta de energia nova, a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3 e do projeto que ligará as capitais Manaus e Boa Vista (RR).

09/05/2019 - 05:00

Gasto discricionário da Educação cai para R\$ 18 bi é o menor desde 2011

Por Fabio Graner



O atual nível de despesa discricionária da área de educação é o mais baixo desde 2011, segundo levantamento do especialista em contas públicas e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda Manoel Pires. Ele explica que a comparação nem sequer faz a atualização do passado pela inflação, o que tornaria os atuais R\$ 17,8 bilhões ainda mais baixos. "Por isso que as universidades estão dizendo que correm o risco de não conseguir terminar o ano, assim como outras áreas, como o Museu Nacional", comentou Pires.

Para ele, a piora nas expectativas de crescimento econômico não gera otimismo sobre a possibilidade de reversão do contingenciamento em valores substanciais para melhorar o funcionamento da máquina. "A chance de melhorar a situação do Orçamento é pequena e, se houver, não será em magnitude para resolver o problema."

A atual projeção do governo de crescimento econômico é de 2,2%, mas o mercado já trabalha com uma alta de 1,5% para o PIB de 2019. Daqui a duas semanas, o governo terá que revisar seus parâmetros econômicos e refazer suas projeções de receitas e despesas, que servem para definir se o governo precisa cortar ou pode liberar despesas. A seguir a tendência do mercado, o cenário para as receitas tende a piorar, embora seja importante ressaltar que outras variáveis além do PIB afetam as projeções.

Em março, após seu primeiro relatório bimestral, o governo anunciou um corte de quase R\$ 30 bilhões nas despesas do Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Na prática, a tesoura foi até maior, chegando a R\$ 36 bilhões, se for considerada uma reserva, que entra formalmente como gasto, mas que, como não tem destinação, na prática está congelada.

O bloqueio de gastos foi feito para garantir o cumprimento da meta de déficit primário para este ano, diante do cenário de frustração de receitas mapeado pela equipe econômica. Além da piora na estimativa de arrecadação corrente, foram retirados da conta receitas como as decorrentes da privatização da Eletrobras.

Como mostrou o **Valor** ontem, com base em dados inéditos da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), o corte nos limites de gastos da Educação foi pesado e não atingiu de forma linear as diferentes áreas da pasta. Em alguns casos de universidades federais, as mais atingidas pela tesoura, o bloqueio chegou a metade dos recursos disponíveis para ações previstas no Orçamento. Em outras ações do governo também houve cortes pesados, como Defesa Civil e o censo demográfico.

09/05/2019 - 05:00

Guedes descarta capitalização com R\$ 700 bi

Por Fábio Pupo e Renan Truffi

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou em audiência pública na Comissão Especial que analisa a reforma da Previdência que o regime de capitalização não será lançado se a economia gerada com a proposta de emenda constitucional for de R\$ 700 bilhões em um ano.

A fala do ministro veio após reiteradas contestações de parlamentares sobre o real custo para se lançar o novo regime, considerado o principal objeto da reforma do Executivo. Apesar de Guedes sempre ter citado o valor de R\$ 1 trilhão, técnicos da Economia afirmaram há cerca de duas semanas que tal cálculo nunca chegou a ser feito.



Guedes: "Quanto ao custo, a resposta está aqui no plenário. Se o plenário aprovar uma reforma de R\$ 700 bilhões, isso não permite o lançamento do regime"

"Qual o menor valor de economia em dez anos tolerado pelo governo para que a gente possa cumprir essas metas [de equilíbrio fiscal]? É uma pergunta séria e o senhor vai passar de forma mais séria, para que possamos fazer a nova previdência do povo brasileiro, não do governo", disse o deputado Dr. Frederico (Patri-MG).

Guedes jogou a responsabilidade para o Congresso. "Quanto a qual o mínimo e o custo da transição, a resposta está aqui no plenário. Se o plenário aprovar uma reforma de R\$ 600 bilhões ou R\$ 700 bilhões, isso não permite o lançamento do regime", disse. "Se reforma for de R\$ 1 trilhão, temos confiança no lançamento", complementou em outro momento. O número de R\$ 700 bilhões de economia é a estimativa mais comum hoje no mercado, conforme levantamento feito pelo **Valor** junto a 58 economistas de consultorias financeiras, publicado na edição de segunda-feira.

A discussão em torno da capitalização fez o deputado Ivan Valente (Psol-SP) acusar o ministro de crime de responsabilidade naquele que foi um dos momentos mais tensos da sessão. O parlamentar afirmou que recebeu do ministério uma resposta formal a uma requisição dizendo que os cálculos sobre a capitalização só poderiam ser feitos após a criação da lei sobre o tema. No entanto, Valente citou uma declaração anterior de Guedes em palestra no Banco Central citando a existência de simulações sobre o dado. "Considera-se crime de responsabilidade a recusa de atendimento ou informação falsa. Considero essa informação falsa, o senhor cometeu crime de responsabilidade. Vocês têm o cálculo, mas não mandaram para cá", disse.

Entre os deputados, também houve críticas de que o regime de capitalização acabaria com o sistema de seguridade ao "privatizar" a previdência, o que na visão deles seria benéfico para os bancos. Valtenir Pereira (MDB-MT), por exemplo, afirmou que tem receios que o valor de R\$ 1 trilhão acabe nas mãos de "rentistas" e não em melhorias para o país.

O deputado Jorge Solla (PT-BA) sugeriu que a conta da transição para a capitalização seria tão grande que diferentes países desistiram da proposta. "O governo não sabe qual o impacto da capitalização Em 30 países, 18 voltaram atrás. Vejam qual o custo nesses países", disse.

Além das contestações à capitalização, deputados questionaram pontos como as mudanças no Regime de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural - que, juntas, representam R\$ 127 bilhões em economia. Guedes deixou a decisão para o Congresso. "Sobre o BPC, isso está aberto para os senhores atuarem. No rural, também entendi a importância e a decisão é dos senhores", disse.

Os parlamentares avançaram ainda em questionamentos sobre os números mais recentes divulgados pelo ministério, que detalharam o impacto da reforma em diferentes itens. Muitos questionaram o fato de o Regime Geral da Previdência Social (RGPS, que atende o trabalhador comum), ser responsável pela maior economia prevista - de R\$ 807,9 bilhões. Já alterações no regime voltado a servidores - os "privilegiados", na visão da equipe -, gerariam uma poupança de R\$ 224,5 bilhões. O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, apresentou novos números na sessão para rebater a visão. Segundo ele, a economia per capita no RGPS é de R\$ 11,3 mil em dez anos e no RPPS, R\$ 157 mil. Com isso, o secretário quis mostrar que o impacto continua sendo maior para os servidores públicos.

A sessão vinha sendo tocada com relativa calma até Guedes perder a paciência ao ser ligado a escândalos em fundos de pensão. Também foi provocado por Valente com um cartaz que imitava um cheque em branco endereçado pelo ministro aos bancos privados - sugerindo que a reforma proposta pelo Executivo beneficiaria instituições financeiras.

Em meio a esse e outros comentários, Guedes direcionou ataques a outro deputado da oposição, o petista José Guimarães (PT-CE), que não o havia questionado sobre o assunto nem estava na comissão no momento da acusação.

"Estou sendo ameaçado de crime de responsabilidade, estão entrando no Google para pegar coisas minhas, mas não vou reagir nem a ameaça, nem a ofensa", disse, antes de continuar. "Eu não posso ser acusado do que vários companheiros da deputada [Perpétua Almeida, do PCdoB-AC] estão sendo investigados. Se eu 'googlar' por 'dinheiro na cueca', eu vou achar alguma coisa também, né, [José] Guimarães? Depois das 18 horas, a baixaria começa, é o padrão da casa. Já entendi o padrão", rebateu.

O episódio citado por Guedes faz referência a uma notícia de 2005, quando um assessor de Guimarães foi preso no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com US\$ 100 mil na cueca, além de outros R\$ 209 mil em uma maleta. O funcionário viajaria a Fortaleza, berço eleitoral do petista.

A ironia exaltou os ânimos na comissão. Deputados do PT e da oposição levantaram-se e começaram a exigir desculpas do ministro. O ministro foi repreendido mais de uma vez pelo presidente da comissão, Marcelo Ramos (PR-AM). O parlamentar pediu que Guedes limitasse seus comentários às questões previdenciárias.

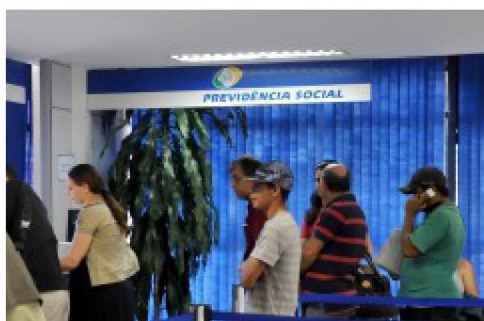
Em outro momento, Guedes voltou a provocar a oposição ao responder uma pergunta da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). Segundo ele, as mudanças sendo sugeridas tentam colocar o Brasil no caminho da prosperidade, e não "da Venezuela". Deputados reagiram à provocação.

Guedes volta hoje ao Congresso para audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara também aprovou a convocação do ministro para prestar esclarecimentos no dia 4 de junho.

09/05/2019 - 05:00

Reforma prevê benefício menor que o mínimo

Por Ribamar Oliveira



A proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) foi elaborada pelo atual governo com a preocupação de não ferir ou suprimir qualquer direito dos trabalhadores elencados na Constituição, preservando, ao mesmo tempo, o direito adquirido. Por isso, entre outras coisas, merece elogios. Mas não está correto o discurso oficial de que, após a reforma, não será pago benefício previdenciário inferior ao salário mínimo.

A mudança proposta nas regras da pensão por morte resultará em pagamento de benefício, pelo menos no âmbito do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), inferior ao salário mínimo para os dependentes do segurado que falecer. Quem mais sofrerá com esta medida serão os familiares dos trabalhadores de baixa renda.

Atualmente, a pensão por morte paga pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) da União corresponde a 100% do benefício do segurado até o teto do RGPS mais 70% da parcela que superar o teto. A pensão por morte paga pelo RGPS corresponde a 100% do benefício respeitado o teto.

Há risco jurídico em mudança da pensão por morte

Na PEC 6/2019, o governo propôs que o pagamento da pensão por morte, tanto para o RGPS como para o RPPS, corresponda a 50% do benefício do segurado mais 10% para cada dependente, limitado a 100% do benefício. Pensões já concedidas terão seus valores mantidos. Dependentes de servidores que ingressaram antes da criação da previdência complementar terão o benefício calculado sem limitação ao teto do RGPS. Ao longo do tempo, as regras dos dois regimes vão convergir, o que é muito desejável.

Mas é preciso fazer algumas contas. Vamos a um caso específico. Um segurado do RGPS que tenha uma aposentadoria mensal de um salário mínimo ao morrer, depois de aprovada a reforma, deixará uma pensão de 60% do valor do seu benefício à sua esposa, supondo-se que ela seja sua única dependente. Neste caso, a viúva passará a receber 60% do valor do salário mínimo, que hoje está em R\$ R\$ 998. Assim, a viúva receberia uma pensão de R\$ 598,80 por mês.

Se o segurado que faleceu tiver mais um dependente, digamos um filho menor de idade, por exemplo, a renda da família cairia para 70% do salário mínimo ou R\$ 698,60. A realidade é que a renda desta família teria caído 30% de uma hora para outra, ou melhor dizendo, em razão da perda de um ente querido.

De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social, de março deste ano, 18,171 milhões de pessoas recebiam aposentadorias e pensões do RGPS com valor igual ao salário mínimo, o que representava 60% do total dos benefícios. Isto mostra que a maioria dos trabalhadores se aposenta recebendo um salário mínimo e os seus dependentes serão diretamente afetados pela mudança na regra da pensão por morte, podendo a renda de suas famílias ser reduzida em até 40%, ficando o rendimento mensal abaixo do piso salarial.

O parágrafo segundo do artigo 201 da Constituição estabelece que nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. A interpretação deste artigo que predomina na área técnica do governo, no entanto, é que ele se refere unicamente ao valor da aposentadoria, e não à pensão por morte.

É muito provável que, se aprovada pelo Congresso Nacional, esta mudança será questionada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, ela representa um risco jurídico real. Isto porque a pensão por morte não pode ser igualada a um benefício assistencial, como é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago aos idosos em situação de miserabilidade ou ao deficiente físico. Ou ao benefício do programa Bolsa Família.

A razão disso é que o trabalhador aposentado pelo RGPS contribuiu pelo menos por 15 anos para o seu benefício. Depois da aprovação da reforma da Previdência, terá que contribuir por, no mínimo, 25 anos. No caso do BPC e do Bolsa Família, os benefícios são concedidos sem exigência de contribuição. Aparentemente, a pensão por morte prevista no regime previdenciário tem natureza diversa de um benefício assistencial, pois, para que seu dependente tenha acesso a ela, é necessário que o segurado contribua por um determinado período. Se este for o entendimento do Supremo, o menor valor da pensão por morte poderá ser o salário mínimo.

O ex-presidente Michel Temer tentou aprovar a mesma mudança na pensão por morte, por meio da PEC 287/2016 e não conseguiu. O substitutivo ao projeto de Temer, apresentado pelo deputado Arthur Maia (DEM-BA), excluiu as mudanças na pensão por morte, entre outras coisas. Esta, portanto, é uma segunda tentativa de aprovação da mesma medida.

A estimativa apresentada pelo governo para a economia com a mudança nas regras da pensão por morte é de R\$ 137,8 bilhões nos próximos dez anos. Mas esta previsão não inclui o ganho que será obtido com a mudança nas pensões por morte dos servidores da União. A única projeção divulgada até agora pelo governo é a economia de R\$ 13,8 bilhões nos próximos dez anos com a mudança na regra de pensão por morte para os servidores que ingressaram no RPPS antes do regime de previdência complementar.

A PEC 6/2019 propõe também uma medida complementar à mudança na regra da pensão por morte. Atualmente, é permitido acumular diversos tipos de benefícios (aposentadoria própria com a pensão do cônjuge, por exemplo) e de diferentes regimes (RPPS e RGPS). A proposta do governo é que a pessoa opte pelo benefício de maior valor e possa receber um percentual dos demais, limitados a dois salários mínimos para cada benefício adicional. É importante observar que, no caso do RGPS, mais de 80% dos pensionistas recebem menos que dois salários mínimos, de acordo com dados da Secretaria de Previdência.

Parece possível e razoável aprovar as mudanças nas regras de pensão por morte e de acúmulo de benefício, desde que seja preservado também o valor do salário mínimo como piso de todos os benefícios previdenciários.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br